ARTIGOS

Submetido 25-11-2024. Aprovado 16-07-2025
Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editor Associado: Antonio Sergio Araujo Fernandes
Avaliadores/as: O/A primeiro/a avaliador/a não autorizou a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil
O relatório de revisão por pares está disponível neste link
Versão original | DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v31.n1.92538

UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO GOVERNO BOLSONARO: NEOLIBERALISMO, CORRUPÇÃO E RESISTÊNCIA A PARTIR DE LENTES MIDIÁTICAS

Public universities under Bolsonaro's government: Neoliberalism, corruption, and resistance from a media perspective

Universidades públicas en el gobierno de Bolsonaro: Neoliberalismo, corrupción y resistencia desde la perspectiva mediática

Alessandro Roberto Rocha*[1] | alessandro.rocha@ufjf.br | ORCID: 0000-0003-3580-7990
Anselmo de Paula Carvalho[1] | anselmodoutorado2022@gmail.com | ORCID: 0000-0002-6771-2104
Mykaelly Moura Menezes[1] | mykaelly-kaelly@hotmail.com | ORCID: 0000-0002-5198-8149
Alexandre de Pádua Carrieri[1] | alexandre-carrieri@ufmg.br | ORCID: 0000-0001-8552-8717
Ana Paula Paes de Paula[1] | appp.ufmg@gmail.com | ORCID: 0000-0001-8035-472X

*Autor correspondente
[1]Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

As universidades públicas brasileiras, durante o Governo Bolsonaro, foram acometidas por sucessivas medidas de austeridade voltadas ao desmonte de políticas educacionais, de pesquisa científica e de práticas extensionistas. Entre as medidas mais expressivas, tentativas de incutir projetos ideológicos para recolhimento de mensalidade, realização de cortes e contingenciamentos orçamentários, suspensão de bolsas de fomento e ataques morais à pesquisa científica em meio à pandemia de Covid-19 sensibilizaram os ideais e impactaram sobremaneira o funcionamento dessas organizações. Diante disso, a comunidade acadêmica mostrou-se reativa por meio de movimentos sociais, reiteradamente noticiados em veículos de imprensa digital. Nesse sentido, propusemos, neste artigo, analisar o teor das divulgações midiáticas digitais que motivaram iniciativas e movimentos sociais em comunidades acadêmicas no período entre 2019 e 2022. Para viabilização, recorremos à análise de conteúdo, cuja sistematização de dados seguiu pressupostos de Bardin (1977, 2006) e possibilitou evidenciar a participação social em favor do fortalecimento dessas instituições no Brasil.

Palavras-chave: universidade pública, divulgações midiáticas, movimentos sociais, análise de conteúdo, pandemia.

ABSTRACT

Under the Bolsonaro administration, Brazilian public universities went through gradual austerity measures, leading to the collapse of educational policies, scientific research, and community outreach practices. Among the most significant measures were ideologically driven initiatives aimed at introducing tuition fees, successive budget cuts and contingencies, the suspension of research and development grants, and moral attacks on scientific research amid the COVID-19 pandemic. These measures challenged foundational principles of higher education

institutions while greatly impacting their operations. The academic community responded through a movement with demonstrations repeatedly reported in digital media outlets. This article analyzes the content of these reports, which fostered initiatives and movements of academic communities between 2019 and 2022. The research used content analysis based on Bardin (1977, 2006) and found evidence of social participation for the strengthening of Brazilian public universities.
Keywords: public university, media disclosures, social movements, content analysis, pandemic.

RESUMEN
Las universidades públicas brasileñas bajo el gobierno de Bolsonaro sufrieron medidas de austeridad graduales, lo que llevó al colapso de las políticas educativas, la investigación científica y las prácticas de extensión. Entre las medidas más significativas, la implementación de recortes presupuestarios y contingencias, la suspensión de subvenciones para el desarrollo, y ataques morales a la investigación científica en medio de la pandemia de COVID-19, aumentaron la conciencia sobre los ideales y afectaron enormemente el funcionamiento de estas organizaciones. Al igual que en la dictadura del siglo pasado, la comunidad académica fue reactiva, ahora, en un contexto más dinámico influenciado por las tecnologías de la información, la comunicación digital y las redes sociales virtuales. Así, la propuesta de este artículo es analizar las revelaciones mediáticas como iniciativas y movimientos de comunidades entre 2019 y 2022. Recurrimos a un análisis de contenido cuya sistematización de datos siguió los supuestos de Bardin (1977, 2006), lo que permitió resaltar la participación social a favor del fortalecimiento de las instituciones en Brasil.
Palabras clave: universidad pública, divulgaciones de los medios, movimientos sociales, análisis de contenido, pandemia.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

As instituições públicas de ensino superior são entidades em que se fomenta significativa parcela da produção científica e formação de pesquisadores no Brasil e, além disso, desempenham papel relevante na oferta de ensino, pesquisa e extensão em todas as áreas de conhecimento (Neves et al., 2020; Succi et al., 2022). Desde a primeira década do século XXI, o incentivo à formulação de políticas de ações afirmativas, bem como medidas de democratização de acesso ao ensino superior, amplificaram, sobremaneira, a abrangência dessas instituições, isto é, no período entre 2007 e 2017, o quantitativo de discentes aumentou em mais de 100%, alcançando o patamar de 1.306.351 matrículas na Rede de Ensino Superior Federal (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2017). Em 2021, a Rede Federal constituía-se de 68 universidades, 41 institutos federais/Cefets, 10 faculdades, e um centro universitário, todos providos com recursos da União. Para efeitos comparativos, enquanto nessas instituições 91,4% das matrículas estavam vinculadas a cursos em modalidade presencial, nas instituições privadas esse índice foi de apenas 29,5% (Inep, 2021).

Além da expansão em número de discentes e em estrutura educacional nas últimas décadas, políticas de democratização de acesso ao ensino superior possibilitaram um aumento significativo da diversidade cultural nas instituições federais (Senkevics & Mello, 2019). No ano de 2019, por exemplo, antes mesmo de a Lei n. 12.711 (2012) – Lei de Cotas – completar o primeiro decênio de vigência, o perfil sociorracial nas universidades públicas já demonstrava um crescimento na ordem de 200% de brasileiros

pretos e pardos matriculados nessas instituições (Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ], 2022). Em relação ao aproveitamento das vagas, segundo o Censo da Educação Superior divulgado em 2022, as universidades federais preencheram 78,4% das novas vagas ofertadas em 2021, enquanto na rede privada essa taxa era de apenas 18,4% (Inep, 2021). Esses indicadores traduzem a relevância social das universidades públicas, que funcionam como propulsoras para a formação e desenvolvimento de sujeitos acometidos, historicamente, por iníquas oportunidades de acesso à educação superior.

A partir do Governo Bolsonaro (2019-2022), contudo, evidenciou-se a tentativa de descrédito e desmoralização das universidades públicas, uma vez que o Executivo, por meio de seus representantes, estabeleceu medidas que delinearam um percurso de desmonte de políticas educacionais, entre as quais figuraram a realização de cortes e contingenciamentos orçamentários de custeio, o que comprometeu o funcionamento das instituições de ensino e pesquisa (Saviani, 2020; Schwartzman, 2022). O mesmo ocorreu com a origem dos recursos de investimentos em educação no Brasil, que também sofreram cortes por parte do governo, impactando negativamente a produção, disseminação e apreensão de conhecimento por milhares de sujeitos envolvidos com essas instituições (Schwartzman, 2022).

Como agravante, essas e demais ações de fragilização da ciência, do ensino e da pesquisa ocorreram em meio a um contexto emblemático de nível global: a crise sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19. Muito além de ataques ideológicos e orçamentários que acometeram as universidades públicas, ataques morais como deslegitimidade das instituições, desqualificação de pesquisadores e apologia a tratamentos de saúde sem comprovação científica contribuíram para o agravamento da pandemia no Brasil. A imensurável fragilização social provocada pela conjuntura da pandemia, agravada por condutas negacionistas do ex-presidente, dividia espaço em veículos de imprensa que noticiavam, concomitantemente, mobilizações da comunidade acadêmica que sofreram os efeitos desses episódios (Mancebo, 2020; Raic et al., 2020).

Foi em meio a esse contexto que uma base aliada ao Governo Bolsonaro fomentou ações de precarização de universidades federais, bem como de instituições de pesquisa, que se convertiam em ataques ideológicos, orçamentários e morais veiculados em mídias digitais acessíveis na "palma da mão" da população: algo que repercutiu em reações por estudantes, professores, pesquisadores, membros de comunidades acadêmicas e científicas, e por parte da sociedade brasileira (Prazeres, 2022; Salles & Jonane, 2022; Saviani, 2020; Vilela, 2022).

Nesse sentido, muito embora reconheçamos que, no contexto da pandemia de Covid-19, o ex-governo tenha se expressado por meio de ações que provocaram crises de múltiplas dimensões sociais, o nosso foco neste artigo se convergiu à seguinte problemática: "Quais ações tomadas durante o Governo Bolsonaro motivaram reações em comunidades acadêmicas de universidades públicas brasileiras?". Logo, objetivamos, neste artigo, analisar o conteúdo das divulgações midiáticas que motivaram iniciativas e movimentos de comunidades acadêmicas perante os ataques ideológicos, orçamentários e morais direcionados à educação pública superior no Brasil. Argumentamos que a lógica do modelo neoliberal tipicamente defendido por partidos políticos de extrema-direita, imputado nos ideais bolsonaristas, representou a matriz dos principais óbices no País e nas instituições federais de ensino superior (IFES) que, acintosamente, fragilizou esses espaços democráticos em prol do favorecimento de interesses particulares e corporativistas.

Para viabilizar a análise, adotamos o recorte temporal correspondente ao período do mandato do ex-Presidente Jair Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, momento crítico para as universidades públicas brasileiras. Realizamos uma análise de conteúdo em literaturas, dispositivos legais e portais de notícias digitais. A justificativa para o meio digital como fonte de dados secundários é sua permeabilidade e disponibilidade para a obtenção de informações, bem como a crescente adesão à tecnologia (computadores, *tablets*, *smartphones* e similares) como meio de informação e consumo de notícias, haja vista que a internet figurou como a principal fonte de informação para 68% dos brasileiros em 2018 (Magnoni & Camargo, 2018).

APORTE TEÓRICO

Ataques ideológicos às universidades públicas: O "Future-se" como instrumento neoliberal

As universidades públicas brasileiras, desde as últimas décadas do século XX, têm sido alvo de diversos ataques os quais impactaram o cumprimento de suas atividades finalísticas, e, com o fortalecimento dos discursos neoliberais do Estado, essas entidades passaram a ser concebidas como instituições dispendiosas, algo que tem despertado olhares de investidores que demonstram interesse em explorar o potencial de lucratividade do mercado de diplomas, sob a égide do controle privado (Raic et al., 2020).

Mesmo no século XXI, as universidades públicas e hospitais universitários, que financeiramente dependem do Estado, enfrentam desafios perante governistas com ideologias neoliberais e deparam-se com narrativas falaciosas de que essas instituições produzem custos maiores do que o Estado pode ou deve assumir, e também por gerarem "problemas políticos" com os discursos "críticos" que reproduzem (Neves et al., 2020). Além de ataques neoliberais, que limitam cada vez mais as universidades públicas, propagam-se também discursos falaciosos que subjugam pesquisas, depreciam membros da academia (Figura 1) e desprestigiam o trabalho científico, com o propósito de persuadir a sociedade contra a manutenção da educação pública superior a partir da financeirização do Estado (Raic et al., 2020; Saviani, 2020).

Figura 1 – Universitário(a)s em protesto contra o governo Bolsonaro



Nota: Senado Federal, 2020.

Entre as primeiras vertentes oriundas de ideais neoliberais enfrentados pelas universidades públicas no Governo Bolsonaro, a principal delas envolve o episódio marcante ocorrido em 2019, quando o então ex-Ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub, fez um ataque direto às universidades federais ao relatar de maneira infundada que elas promoviam balbúrdias, eventos ridículos e possuíam um baixo desempenho acadêmico (Saviani, 2020; Schütz et al., 2020). Além dessas acusações, o ex-ministro anunciou, na época, a retenção de 30% das verbas destinadas às universidades públicas e institutos federais de educação, amparado pelo Decreto n. 9.741/2019, o equivalente a mais de R$ 1,5 bilhão, além dos cortes à concessão de bolsas (Raic et al., 2020; Saviani, 2020).

É preciso se ter em mente, como afirma Marilena Chauí (2014), que a ideologia neoliberal, entrecruzada com a ideologia das competências, enfatiza a ideia dos fins dos deveres do Estado, como a educação superior, que passam a ser concebidos como serviços adquiridos, consumidos, por "clientes". Nesse sentido, entendemos que desconstruir o ensino superior federal – um direito da sociedade – faz parte da agenda de governantes neoliberais desde o golpe de 1964, algo que se repetiu em 2016. Esse processo compreende um engendramento da classe dominante para possibilitar à sociedade economicamente menos favorecida acesso à educação básica, limitando-a a receber alfabetização e treinamento para o mercado de trabalho, ou seja, produzir um movimento que oblitera possibilidades de classes oprimidas alcançarem um pensamento crítico emancipatório (Chauí, 2014).

Uma das ações do Governo Bolsonaro, nesse sentido, foi instrumentalizada sob um projeto que propunha transferir o financiamento das universidades públicas ao investimento privado. O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, o "Future-se", preconizava mudanças na gestão e no funcionamento das universidades federais (Raic et al., 2020), tendo como objetivo principal o fortalecimento da autonomia financeira das IFES, transformando-as em Organizações Sociais (OS), a fim de obter fomento e captação de recursos (Silva & Fargoni, 2020). Esse projeto foi apontado como uma estratégia privatista e como um ataque à autonomia das universidades. Assim, a proposta de autonomia financeira do "Future-se" desobrigaria o Estado de sua responsabilidade de financiamento integral das instituições de ensino superior que dependem do orçamento público (Giolo, 2020).

Acontecimentos como esses incomodaram a comunidade acadêmica durante todo o período em que Bolsonaro esteve na presidência. Desde o início do governo, com a tentativa de aprovação da PEC n. 206/2019 – que propunha a cobrança de mensalidade para alunos de instituições públicas do ensino superior – até o último mês do mandato, quando os bloqueios de verbas do Ministério da Educação (MEC) deixaram mais de 200 mil estudantes sem receber as bolsas de pesquisa, os ataques às universidades públicas brasileiras não cessaram (Prazeres, 2022).

Ataques orçamentários às universidades públicas: A proposta da PEC 206/2019, o bloqueio de verbas do MEC e o corte de bolsas de pesquisa

Uma das primeiras medidas adotadas no Governo Bolsonaro para consolidar um contexto de desmonte das IFES foi apresentado no texto da PEC n. 206, que dispunha sobre a cobrança de mensalidade por essas instituições. Naquela ocasião, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos

do art. 60 da Constituição Federal, apresentaram a seguinte emenda ao texto constitucional (Câmara dos Deputados, 2019):

> Art. 2º O art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:
>
> "§ 3º As instituições públicas de ensino superior devem cobrar mensalidades, cujos recursos devem ser geridos para o próprio custeio, garantindo-se a gratuidade àqueles que não tiverem recursos suficientes, mediante comissão de avaliação da própria instituição e respeitados os valores mínimo e máximo definidos pelo órgão ministerial do Poder Executivo". (Câmara dos Deputados, 2019)

Essa proposta foi feita pelo Deputado Federal General Peternelli, que, na ocasião estava vinculado ao PSL-SP, e justificou a mudança no artigo 206 da Constituição com o seguinte argumento:

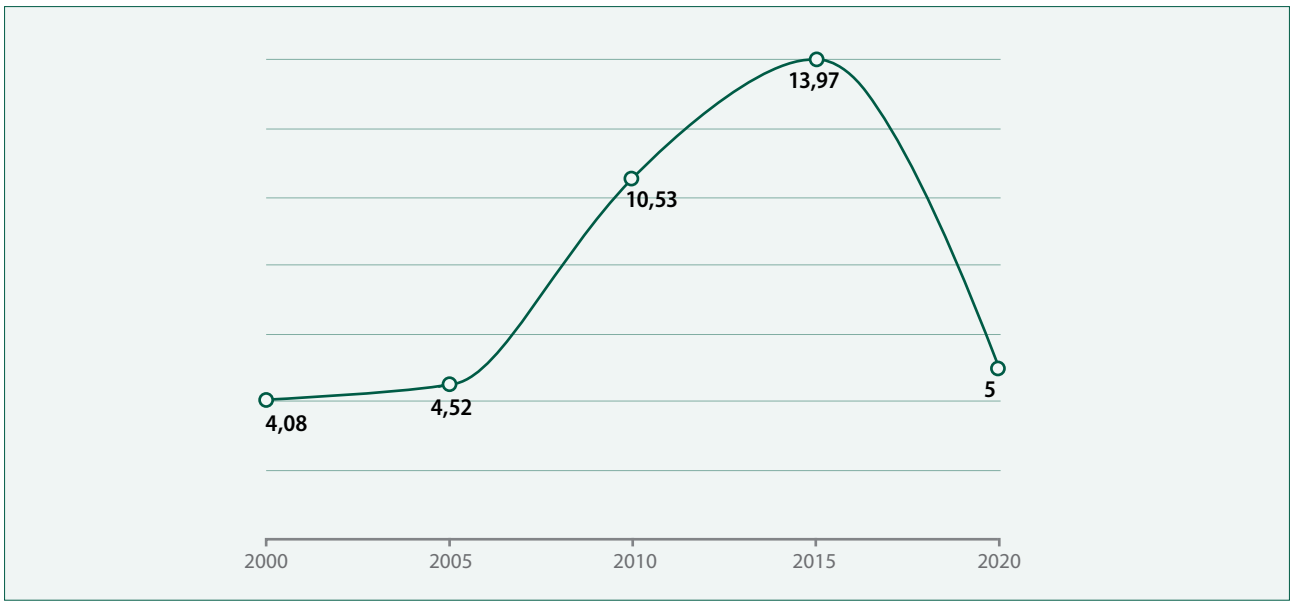
> [..] a maioria dos estudantes dessas Universidades acaba sendo oriunda de escolas particulares e poderiam pagar a mensalidade [..] O gasto público nessas Universidades é desigual e favorece os mais ricos [..] Não seria correto que toda a sociedade financie o estudo de jovens de classes mais altas. (Câmara dos Deputados, 2019)

A proposta foi recebida como ameaça à educação pública, especialmente pela comunidade acadêmica. Nas redes sociais, entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) criticaram a proposta (Portela & Ferrari, 2022), que não conseguiu se consagrar. Em maio de 2022, a discussão da PEC n. 206 voltou a ganhar atenção, momento em que seria votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Contudo, devido à ausência do relator do texto da PEC, o Deputado Kim Kataguiri (União Brasil), a votação foi adiada. Após esse episódio, acontecimentos semelhantes passaram a constituir a lista de ataques às universidades públicas brasileiras, inclusive com o cerceamento das atividades dessas instituições por meio da suspensão de recursos ao longo do mandato do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Sobre os bloqueios de verbas para a educação superior, em maio de 2022 foram anunciados expressivos cortes pela equipe do Governo Bolsonaro, com valores na ordem de R$ 3,2 bilhões, às instituições de ensino, o que representou 14,5% da verba para despesas de custeio e investimentos. Posteriormente, o valor foi reduzido para R$ 1,6 bilhão. Esse montante fazia parte do orçamento discricionário, que se refere aos valores que cada universidade pode definir e aplicar, excluindo despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias de professores. O discurso do governo foi que o contingenciamento seria necessário para cumprir o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas (Carvalho, 2022; Castro et al., 2022).

Para efeitos comparativos, durante o Governo Bolsonaro os gastos com pesquisa no Brasil atingiram os menores patamares desde o ano de 2005. Os recursos orçamentários compostos pelas três principais fontes para a pesquisa científica (FNDTC, CNPq e CAPES), no ano de 2020, representaram cerca de 35% do valor investido em 2015, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Volume de recursos orçamentários direcionados à pesquisa no Brasil



Notas: SBPC, Ipea e Unesco, recuperado de Senado Federal, 2020.
Valores em bilhões de reais, deflacionados pelo IPCA

As restrições de recursos não pararam por aí. Em dezembro de 2022, bem no final do mandato, houve mais um ataque à comunidade acadêmica. O corte no orçamento público da educação impossibilitou a manutenção administrativa das instituições de ensino superior e o pagamento de mais de 200 mil bolsas de estudos destinadas a discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Em relação aos cortes, a CAPES, órgão de fomento das bolsas de demanda social, manifestou-se por meio de nota oficial. De acordo com o teor do documento, o atraso seria decorrente do Decreto n. 11.269, de 30 de novembro de 2022, assinado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro e pelo ex-Ministro da Economia Paulo Guedes, que suspendeu por completo a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro de 2022 (Prazeres, 2022).

Ataques morais às universidades públicas: O rechaço à lista tríplice e o subjugamento da ciência no contexto da pandemia

Além de óbices de cunho ideológico e orçamentário, durante o Governo Bolsonaro, as universidades públicas brasileiras enfrentaram ainda uma série de ataques morais que, em sua essência, comprometeram não apenas a autonomia universitária, mas também a produção científica e a relevância dessas instituições no cenário nacional e internacional. O contexto foi marcado por ofensivas, destacando-se, em particular, o rechaço à lista tríplice de reitores e a depreciação da ciência e da pesquisa universitária no enfrentamento da pandemia de Covid-19 (Mancebo, 2020; Singer, 2022).

Sobre esse aspecto, em um primeiro momento, apontamos o rechaço à lista tríplice de reitores, contrariando uma prática estabelecida pela Lei n. 9.192/1995 que regula o processo de escolha dos

dirigentes das universidades federais. Historicamente, a nomeação dos reitores pelo presidente da República tem respeitado a autonomia universitária, sendo, na maioria dos casos, o nome mais votado pela comunidade acadêmica aquele escolhido para ocupar o cargo. No entanto, no período bolsonarista, observou-se uma quebra desse princípio ao nomear 22 reitores que não foram os mais votados, ignorando a vontade expressa das universidades, conforme destacado na Tabela 1. Essa prática foi vista como uma tentativa fascista de instrumentalizar politicamente as universidades, minando a autonomia das instituições e promovendo um alinhamento de interesses entre Governo Federal e servidores públicos pró-Bolsonaro (Lei n. 9.192, 1995; Singer, 2022).

Tabela 1 – Relação das 22 instituições de ensino superior em que Bolsonaro não respeitou a lista tríplice

UNIVERSIDADE	UF
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unilab)	PR
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	PE
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	RN
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	MS
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ)	RJ
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)	RJ
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	MG
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	SC
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	PR
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	PA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	SC
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	RN
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	PI
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	MG
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	PB

Nota: Adaptado de Melito, 2021.

Essa interferência direta nos processos internos das universidades públicas não só gerou insegurança institucional, mas também desestabilizou a confiança da comunidade acadêmica na lisura do processo de escolha de seus dirigentes. Além disso, a postura autoritária do chefe do Poder Executivo foi interpretada como uma estratégia para silenciar críticas e alinhar as universidades a um projeto de poder que despreza a diversidade de pensamentos e o pluralismo, valores centrais para a missão educacional dessas instituições (Raic et al., 2020).

Além da nomeação de reitores vinculados ao projeto bolsonarista, acompanhamos com grande sensibilidade talvez o mais irresponsável dos ataques morais, que diz respeito à depreciação da ciência e da pesquisa universitária no contexto da pandemia de Covid-19. A resposta do Governo Bolsonaro alinhada a ideais fascistas diante da crise sanitária foi marcada por uma retórica negacionista, que se refletiu na desvalorização das evidências científicas e no desprezo pelo papel fundamental das universidades, na sua produção de conhecimento e no combate à pandemia. Essa postura se manifestava em diversas ações e declarações que buscaram descredibilizar o trabalho dos cientistas e pesquisadores, frequentemente retratados como opositores políticos e inimigos dos governantes (Singer, 2022).

Apesar de todo o óbice para conter o enfrentamento da crise sanitária, a pandemia evidenciou a importância das universidades públicas e dos hospitais universitários como centros de excelência na pesquisa científica, particularmente em áreas como a medicina, biotecnologia e epidemiologia. Entretanto, ao invés de reconhecer e apoiar esses esforços, o Governo Federal optou por deslegitimar as instituições, desqualificando publicamente os pesquisadores e promovendo tratamentos sem comprovação científica, o que contribuiu para o agravamento da crise sanitária no País (Prazeres, 2022; Salles & Jonane, 2022; Saviani, 2020; Vilela, 2022).

Dessa forma, os ataques morais às universidades públicas brasileiras no Governo Bolsonaro denotaram uma tentativa deliberada de enfraquecer a autonomia e a relevância dessas instituições, comprometendo a formação acadêmica e a produção científica no País. Esses ataques não apenas ameaçaram o recente passado das universidades, mas também colocaram em risco o futuro do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil que ainda traz as cicatrizes de descrédito por parte da sociedade alinhada ao ex-Presidente Bolsonaro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico adotado neste artigo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva em que, inicialmente, realizamos uma pesquisa documental como técnica de levantamento de dados e, posteriormente, recorremos à análise de conteúdo (Bardin, 1977, 2006) como técnica de categorização, organização e análise de dados. Essa escolha, pautada como estratégia centrada na construção de conhecimento sem desprender-se do enfoque crítico da realidade, recorreu a matérias jornalísticas veiculadas em mídias digitais, ou seja, "materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas interpretações" (Godoy, 1995, p. 21, Rocha et al., 2024). Destacamos a visão de Bardin (2006) sobre a análise de conteúdo, que, segundo a autora, possibilita apreensão de conhecimentos para além de escrituras,

algo que amplia o horizonte interpretativo e inferencial sobre o objeto de análise. O foco do trabalho concentrou-se, portanto, na análise de conteúdo com o propósito de avaliar divulgações midiáticas que motivaram iniciativas e movimentos de comunidades acadêmicas diante dos ataques ideológicos, orçamentários e morais à educação pública no Brasil, no período do Governo Bolsonaro.

Para viabilização da pesquisa, o percurso metodológico foi dividido em três etapas: I) pré-análise, que possibilitou contato inicial e seleção dos documentos (construção de arcabouço documental preliminar) os quais foram definidos por indicadores de coleta; II) refinamento e exploração do material, efetivamente a análise de conteúdo do portfólio documental selecionado; III) tratamento dos resultados, com a consolidação das interpretações inferenciais e reflexivas sobre os achados.

Na primeira etapa, a pesquisa teve por objetivo a formação de um arcabouço preliminar, composto por documentos *on-line* (dados secundários) os quais contemplaram literatura nacional, dispositivos legais, e notícias relacionadas às várias formas de manifestações da comunidade acadêmica em resposta aos ataques sofridos pela educação no Brasil, especialmente, no ensino superior público. O levantamento foi realizado a partir de documentos eletrônicos, acessíveis por sítios disponíveis na *World Wide Web*, com livre acesso a usuários internautas. Para a formação do arcabouço preliminar, observamos os seguintes critérios para seleção das plataformas de conteúdo: veículos de imprensa disponíveis em meios digitais; grande permeabilidade em território nacional; expressivo número de acessos e/ou que apresentaram notícias relevantes a respeito do assunto abordado. Em observância à delimitação do objeto da pesquisa, foram coletadas informações veiculadas entre os meses de janeiro de 2019 e dezembro de 2022, período correspondente ao Governo Bolsonaro. O arcabouço preliminar foi, então, formado a partir de consulta ao motor de busca "Google" por meio da aplicação das *strings*: "corte", "orçamento" e "universidade", o que possibilitou retornar 75 documentos.

Na segunda etapa, com o propósito de formar o portfólio da pesquisa, realizamos um refinamento dos 75 itens retornados. Foram excluídas 55 matérias que não guardavam relação direta com o objeto de investigação (ações do governo) ou tratavam de conteúdos em duplicidade. Logo, o portfólio documental foi composto por 21 conteúdos que configuraram ações do governo e suas bases que geraram reações (formas de resistência) em comunidades acadêmicas/sociedade, publicados nos portais de notícias, detalhados na Tabela 2.

Tabela 2 – Extrato das 21 matérias digitais que compuseram o portfólio documental

DOMÍNIO	MANCHETE DIGITAL	URL DA PUBLICAÇÃO
Câmara dos Deputados	Proposta de Emenda à Constituição/ PEC n. 206/2019	https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2231221 (acesso em 3/7/2022).
G1	PEC n. 206: Entenda o que diz o texto que propõe cobrar mensalidade nas universidades federais	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/24/entenda-o-que-diz-a-pec-que-propoe-cobrar-mensalidade-em-universidades-publicas.ghtml (acesso em 3/7/2022).

(continua)

Tabela 2 – Extrato das 21 matérias digitais que compuseram o portfólio documental

DOMÍNIO	MANCHETE DIGITAL	URL DA PUBLICAÇÃO
Extra Classe	Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/ (acesso em 3/7/2022).
UOL	Governo anuncia bloqueio de 3,2 bilhões do orçamento do MEC em 2022	https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/27/governo-federal-anuncia-bloqueio-de-r-32-bilhoes-do-orcamento-do-mec.htm (acesso em 3/7/2022).
Valor Econômico	Governo Bolsonaro gastou 21 milhões com cartão corporativo em dois anos, mostra auditoria do TCU	https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/06/03/governo-bolsonaro-gastou-r-21-milhoes-com-cartao-corporativo-em-dois-anos-mostra-auditoria-do-tcu.ghtml (acesso em 3/7/2022).
Eu Estudante	Estudantes e trabalhadores chamam ato nacional contra corte no MEC para o dia 9 de junho de 2022	https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2022/06/5012735-estudantes-e-trabalhadores-chamam-ato-nacional-contra-corte-no-mec-para-o-dia-9.html (acesso em 3/7/2022).
Brasil de Fato	Estudantes protestam em todo o país contra cortes na educação	https://www.brasildefato.com.br/2022/06/10/estudantes-protestam-em-todo-o-pais-contra-cortes-na-educacao (acesso em 3/7/2022).
G1	Estudantes protestam em Brasília contra bloqueios do MEC no orçamento de universidades federais	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/09/estudantes-protestam-em-brasilia-contra-bloqueios-do-mec-no-orcamento-de-universidades-federais.ghtml (acesso em 10/12/2022).
APES	Entidades manifestaram em todo o Brasil contra os cortes orçamentários na educação	https://www.apesjf.org.br/entidades-manifestaram-em-todo-o-brasil-contra-os-cortes-orcamentarios-na-educacao (acesso em 3/7/2022).
UFU	UFU participa da campanha "Não aos cortes em Educação e Ciência"	https://comunica.ufu.br/noticia/2022/06/ufu-participa-da-campanha-nao-aos-cortes-em-educacao-e-ciencia (acesso em 3/7/2022).
UFMG	UFMG participa de campanha nacional contra cortes em educação e ciência	https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-participa-de-campanha-nacional-contra-cortes-em-educacao-e-ciencia (acesso em 3/7/2022).
Correio Braziliense	Governo pagou por votos no Congresso e eleição de Lira, diz Delegado Waldir	https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4964728-governo-pagou-por-votos-no-congresso-e-eleicao-de-lira-diz-delegado-waldir.html (acesso em 10/12/2022).
G1	Puxado por "orçamento secreto", valor de emendas parlamentares triplicou no governo Bolsonaro	https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/02/18/puxado-por-orcamento-secreto-valor-de-emendas-parlamentares-triplicou-no-governo-bolsonaro.ghtml (acesso em 3/7/2022).

(continua)

(conclusão)

Tabela 2 – Extrato das 21 matérias digitais que compuseram o portfólio documental

DOMÍNIO	MANCHETE DIGITAL	URL DA PUBLICAÇÃO
G1	Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento	https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml (acesso em 3/7/2022).
O Globo	Operação abafa no Planalto: Governo traça plano para CPI do MEC e faz pente-fino em investigações	https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/operacao-abafa-no-planalto-gxoverno-mapeia-nomes-na-cpi-e-faz-pente-fino-em-investigacoes.ghtml?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo (acesso em 3/7/2022).
Poder 360	Suposta interferência de Bolsonaro na PF deve movimentar o STF	https://www.poder360.com.br/justica/suposta-interferencia-de-bolsonaro-na-pf-deve-movimentar-stf/ (acesso em 3/7/2022).
Andifes	Sobre o remanejamento orçamentário de verbas das universidades federais	https://www.andifes.org.br/?p=93135 (acesso em 3/7/2022)
Metrópoles	Universidades convocam ato nacional contra cortes de verbas pelo MEC	https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/universidades-convocam-ato-nacional-contra-cortes-de-verbas-pelo-mec (acesso em 3/7/2022)
UOL	PEC 206: Entenda o texto que propõe mensalidades em universidades públicas	https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/24/pec-206-entenda-texto-mensalidade-universidades-publicas.htm (acesso em 3/7/2022).
BBC News	"Não sei como vou comer": O atraso das bolsas que deixa pesquisadores sem dinheiro	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63912014 (acesso em 10/12/2022).
Brasil de Fato	CCJ vota cobrança de mensalidade em universidade pública, sob protestos da oposição e entidades	https://www.brasildefato.com.br/2022/05/24/ccj-vota-cobranca-de-mensalidade-em-universidade-publica-sob-protestos-da-oposicao-e-entidades (acesso em 3/7/2022).

Para possibilitar eficácia na exploração dos elementos do portfólio, durante o tratamento dos dados, procedemos com o sistema de codificação de conteúdos aos quais foram atribuídos "filtros", especificamente nas colunas correspondentes à categorização das informações: fonte, título, subtítulo (quando o caso), palavra-chave que o retornou, data de publicação e data de acesso. Assim, os conteúdos receberam as seguintes classificações categóricas com base na afinidade conceitual identificada nos conteúdos "Resistência contra a Ameaça ao Ensino gratuito" (RAE), "Resistência contra o Corte de Verbas" (RCV) e "Resistência contra o Desvio de Verbas" (RDV), que compuseram as subseções da análise dos resultados neste artigo.

Na terceira e última etapa, "Tratamento dos resultados", foram extraídas as principais informações que subsidiaram a análise e inferências, também apresentadas na próxima seção. Destacamos que, de acordo com a natureza da pesquisa, a qual se constitui de dados abertos – disponíveis em domínio público – sem envolver diretamente quaisquer participantes, não foi necessária a tramitação em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Resistência contra a Ameaça ao Ensino gratuito (RAE): O ataque neoliberal

Após a consolidação de políticas de cotas e democratização do acesso à educação pública brasileira, especialmente ao ensino superior, presenciamos boicotes a essas instituições e a sua comunidade acadêmica. O governo comandado por Jair Bolsonaro, que se constituiu de pessoas com pensamento ultraconservador e ultraliberal nos aspectos econômicos, vinha praticando tentativas de ameaçar o pleno funcionamento de universidades públicas. Uma delas é a manipulação de informações para que as pessoas concebessem essas instituições como locais em que há um grande desperdício da aplicação de dinheiro público (Amaral, 2019; Saviani, 2020).

Nesse sentido, a proposta da PEC n. 206, que pretendia realizar a cobrança de mensalidade na educação pública superior no Brasil, impactou comunidades acadêmicas, que reagiram. Sobre o fato, de acordo com dados do G1, no mês de maio de 2022, a PEC n. 206 chegou a constar na pauta da CCJ da Câmara dos Deputados, mas não foi votada devido à ausência do relator (Kim Kataguiri). Após essa situação, a Câmara dos Deputados voltou a pautar a PEC n. 206, porém os deputados de oposição conseguiram um acordo com a base aliada do governo para paralisar a sua tramitação (Santos & Barbiéri, 2022).

O acordo teve por objetivo a inclusão prévia de audiências públicas antes de iniciar a votação. Assim, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP – AL), no dia primeiro de junho de 2022, afirmou que a votação da proposta não estaria "no radar", entretanto há de se considerar que Lira se mostrava aliado ao Governo Bolsonaro. A partir dessa observação, é possível inferir que ele não mais pautaria projetos em ano eleitoral (2022), cuja essência constitui temas antipopulares, para não prejudicar o desempenho dos futuros candidatos da base governista (Santos & Barbiéri, 2022).

Há uma contradição dos deputados da base governista ao justificarem que o motivo que os levou a propor projetos como essa PEC n. 206 é a insuficiência de recursos para custear as despesas públicas, fato corroborado pela notícia publicada pelo *site* Extra Classe de que, desde 2015, foram cortados da educação pública mais de R$ 30 bilhões, ou seja, o equivalente a 38% dos recursos financeiros (Lampert, 2021).

A PEC poderia resultar no aumento da desigualdade entre os alunos, possibilitando perigosos precedentes à mercantilização da educação em universidades que garantem mudanças por intermédio do ensino superior público, que, por meio de políticas públicas, como a Lei de Cotas, tem recebido mais negros, indígenas e jovens de baixa renda (Brelaz, 2022). Assim, a proposta da PEC n. 206

proporcionaria a manutenção da universidade pública por meio da cobrança financeira feita aos estudantes, isentando o Governo Bolsonaro da responsabilidade com gastos públicos referentes à educação. Além disso, o acesso à educação pública poderia ser dificultado, resultando assim no retrocesso em relação às políticas públicas de educação que foram construídas, ao longo dos anos, em governos com ideais democráticos.

A UNE e ANPG criticaram a proposta. "Nós não vamos pagar nada! Uma educação pública, gratuita e de qualidade é direito assegurado pela nossa Constituição!", declarou a UNE nas redes sociais, conforme noticiado no *site* UOL. A ANPG declarou em uma rede social: "Cobrar mensalidade na universidade pública é fechar as portas do conhecimento para os filhos das famílias pobres e tornar esses espaços ilhas da elite. Universidade não se privatiza, se populariza!", conforme noticiado pelo *site* Brasil de Fato. Desde as movimentações estudantis em meados de 2022, a tramitação da PEC n. 206 seguiu paralisada.

Resistência contra os Cortes de Verbas (RCV): A fragilização neoliberal

Na primeira semana de junho de 2022, notícias sobre cortes nos repasses de verbas às universidades ocupavam as manchetes de veículos de imprensa nacionais, correlacionando-as às medidas restritivas viabilizadas por Bolsonaro que afetavam as políticas voltadas à educação superior, como: subsídios para permanência e apoio estudantil; verbas destinadas às bolsas de pesquisas; suspensão de programas e projetos acadêmicos, causada pelos bloqueios nos repasses (Metrópoles, 2022).

Em reação a esses cortes na educação pública brasileira, as universidades e institutos federais viram-se no dever de protestarem, ao longo dos últimos anos. No ano de 2022, especificamente, no dia 27 de maio, o Governo Federal informou ao MEC que bloquearia R$ 3,2 bilhões da verba destinada para a pasta daquele ano, o equivalente a 14,5% do orçamento previsto, medida que colocou em risco o funcionamento de mais de 100 instituições públicas de ensino. A justificativa do governo era que o corte se fazia necessário para atendimento ao teto de gastos públicos, o que nos parece algo incoerente, pois os gastos com Forças Armadas cresceram mais de 250% nos últimos anos (Extra Classe, 2021). Em relação ao uso do cartão corporativo, em um período de dois anos, foram gastos R$ 21 milhões, conforme auditoria do TCU, o que é contraditório, mediante justificativas de necessidade de corte de gastos. Diante de tamanha incoerência, conforme veiculado pelo *site* Eu Estudante, os trabalhadores e estudantes realizaram um ato contra o corte no orçamento do MEC no dia 9 de junho de 2022 (Novello, 2022; Portela, 2022).

A manifestação foi convocada para acontecer na Esplanada dos Ministérios em Brasília, mas também de maneira regionalizada em outras cidades do País. Com o lema: "Bolsonaro, tira a mão da Federal!", o referido ato foi mobilizado pela UNE, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) (Portela, 2022).

Nesse sentido, os atos/protestos representaram uma forma de resistência da comunidade acadêmica contra os cortes financeiros e a PEC n. 206, propostos pelo Governo Federal. E, de acordo com o *site*

Brasil de Fato, as ruas das principais capitais do País e também de cidades do interior foram tomadas por estudantes na quinta-feira 9 de junho de 2022, em protesto contra essas medidas do Governo Jair Bolsonaro, o que inviabilizou o funcionamento de mais de 100 instituições federais de ensino (Vilela, 2022). Também foi noticiado pelo *site* G1 que estudantes, professores e demais servidores de instituições públicas de ensino se manifestaram em Brasília, usaram cartazes e faixas pedindo que não houvesse cortes (Carvalho, 2022).

Podemos perceber, ainda, um apoio maciço das instituições de ensino em todo o âmbito nacional. Segundo o *site* APES, em Juiz de Fora e em Governador Valadares, a UFJF e o IF Sudeste de Minas Gerais organizaram manifestações. Em Uberlândia, a UFU realizou manifestação, conforme informações do *site* da própria instituição. De acordo com o *site* da UFMG, a instituição também participou da campanha contra os cortes na educação e ciência. No geral, segundo o *site* APES, em mais de 50 cidades brasileiras, estudantes manifestaram-se contra os cortes da educação e a cobrança de mensalidades nas instituições de ensino do país.

Como tentativa de obter uma reversão do quadro limitativo, o então Presidente e o primeiro Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), reitores Marcus Vinicius David (UFJF) e Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR), estiveram no MEC na semana de 20 de junho de 2022 sendo recebidos pelo Secretário Executivo do Ministério, José de Castro Barreto Junior, pelo Secretário da SESU, Wagner Vilas Boas Correa, pelo Secretário da SPO, Adalton Rocha de Matos, e suas equipes, que informaram os detalhes técnicos da decisão tomada pela equipe econômica do governo. Os reitores representantes da Andifes manifestaram a gravidade da situação e a inviabilidade da continuidade do funcionamento das instituições caso não houvesse tratativas com a efetivação na recomposição dos orçamentos (Andifes, 2022).

Mesmo após a derrota de Jair Bolsonaro para Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas, membros vinculados às universidades públicas continuaram sofrendo com as medidas impostas pelo governo. Em 6 de dezembro de 2022, por meio de uma nota oficial, a CAPES comunicou que não havia recursos suficientes para honrar os pagamentos de bolsistas (discentes e pesquisadores) pelo fato de a equipe econômica do Governo Bolsonaro "zerar" os recursos disponíveis para aquela finalidade. A interrupção nos pagamentos das bolsas pegou milhares de pesquisadores em todo o Brasil e no exterior de surpresa. Devido à grande maioria de bolsistas atuarem integralmente em universidades, muitos se viram em situação de vulnerabilidade por não disporem de fontes alternativas de renda (Prazeres, 2022).

A reportagem de Leandro Prazeres (2022) publicada na BBC News em 9 de dezembro de 2022 contemplou relatos de estudantes que encontraram nos Restaurantes Universitários (RU) a única alternativa para se alimentarem. O autor destaca, ainda, que o Decreto n. 11.269, de 30 de novembro de 2022, além de acometer a situação financeira de estudantes que dependem de 200 mil bolsas de estudo e pesquisa, também impactou as atividades administrativas da CAPES. A iniciativa do governo com esse dispositivo legal é consubstanciada como mecanismo de retaliação diante das comunidades acadêmicas de universidades públicas.

Resistência contra Desvios de Verbas (RDV): A face da corrupção

Mesmo com a justificativa de que os cortes na educação seriam realizados para atender ao teto de gastos públicos, destacamos algumas medidas, entre várias outras, que foram totalmente na contramão do posicionamento do governo diante da precariedade de recursos para investimento em educação. Para endossar a importância dos atos realizados, é necessário evidenciar a incoerência do Governo Jair Bolsonaro ao fazer discursos em defesa dos cortes em educação sob a justificativa de déficit orçamentário e de que o governo precisava atender ao teto de gastos.

De acordo com notícia do *site* Correio Braziliense, o Deputado Federal Delegado Waldir (PSL – GO), ex-aliado do Presidente Jair Bolsonaro, afirmou que o governo pagou a cada parlamentar o equivalente a R$ 10 milhões em emendas parlamentares para garantirem o voto em Arthur Lira (PP – AL) na eleição da Presidência da Câmara dos Deputados, que aconteceu em janeiro de 2021 (Patriolino, 2021). Além disso, para o apoio à Reforma da Previdência em 2019, o mesmo deputado de Goiás afirmou que foi pago pelo governo a cada parlamentar o valor de R$ 20 milhões, o que pode ter custado aos cofres públicos quase R$ 10 bilhões, e ainda existe outro detalhe: boa parte desses valores foi paga por meio de Emendas Parlamentares de Relator (RP-9), isto é, via "orçamento secreto" (Rocha et al., 2024).

Para concluir essa análise quanto às "farras das concessões de emendas a parlamentares", temos que, de acordo com o *site* de notícias G1, os valores de emendas parlamentares pagos pelo governo em 2021 chegaram a R$ 33,4 bilhões, e o valor previsto no ano de 2022 foi de R$ 35,6 bilhões, o que correspondeu a quase um terço do valor investido em educação no Brasil no ano de 2021, R$ 118,4 bilhões (Lima & Gerbelli, 2022; Rocha et al., 2024). Todavia, a partir de uma análise das propostas orçamentárias durante o Governo Bolsonaro, observa-se que os gastos com educação no Brasil veio recuando ano após ano e, em 2022 especificamente, o orçamento proposto foi o menor em 10 anos, conforme reforça a notícia veiculada pelo *site* G1 (Martello, 2022).

Concomitante aos cortes propostos pelo governo, surpreendentemente emergiu, no mês de junho de 2022, um escândalo de corrupção na pasta do MEC. O referido escândalo envolveu o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, suspeito por tráfico de influência e pagamentos de propinas a dois pastores lobistas com acesso ao governo, segundo informações do *site* O Globo (Doca & Bronzatto, 2022). De acordo com o *site* Poder 360, havia suspeitas de que o Presidente Jair Bolsonaro possa ter interferido na Polícia Federal a fim de obter informações e repassá-las ao ex-Ministro Milton Ribeiro, atitude que comprometeu o andamento das investigações e colocou em dúvidas a integridade da gestão e das políticas públicas estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos neste artigo analisar o teor de divulgações midiáticas que motivaram iniciativas e movimentos de comunidades acadêmicas diante dos ataques à educação pública superior no Brasil, durante o Governo Bolsonaro, período concomitante à pandemia de Covid-19. Considerando a

conjuntura apresentada, destacamos que, nos últimos anos, ações ideológicas, orçamentárias e morais por aliados do ex-governo perfizeram divulgações sistemáticas de notícias, movimentos, iniciativas e manifestações sociais pelo País, as quais se intensificaram devido à permeabilidade e abrangência da mídia digital, algo que reforça a relevância desses meios de comunicação para a disseminação sincrônica de fatos e informações à sociedade que, mesmo em meio às ameaças ao funcionamento de entidades públicas, colocam-se a serviço da democracia e do pluralismo político e ideológico.

Embora o objeto deste estudo esteja pautado em ações do Executivo Federal, no período 2019-2022, voltadas, principalmente, à indisponibilização de recursos orçamentários para o funcionamento das universidades públicas, quase sempre acompanhadas de evasivas neoliberais, o ideal bolsonarista contemplou um projeto perverso de sucateamento e fragilização de instituições públicas de ensino, cujos ataques ideológicos e orçamentários circunscreveram-se em meios de opressão e subjugamento de classes economicamente menos favorecidas. Para melhor elucidar os "efeitos" da agenda neoliberal em questão, recuperaremos o conceito de "ideologia da competência" proposto por Marilena Chauí (2014), que descreve a ideologia como um artifício para omitir, intencionalmente, a expressão da realidade. No caso da ideologia da competência, o fenômeno neoliberal disfarça a estratificação social, ao passo que procura preservar, furtivamente, o domínio das classes dominantes, detentoras de conhecimento e/ou capital.

Além disso, ações do Executivo de cunho moral atentaram contra o prestígio da ciência e das universidades públicas, ao incentivar em rede nacional o uso de medicamentos sem eficácia comprovada, contrariando as orientações de entidades científicas nacionais e internacionais. Complementarmente, o ex-presidente desqualificava publicamente medidas preventivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o uso de máscaras e o distanciamento social, o que contribuiu para a disseminação do vírus. Outro ponto crítico da conduta (i)moral foi a desinformação promovida pelo governo, ao suscitar teorias conspiratórias obliterando a confiança da população diante dos imunizantes, retardando o processo de imunização em massa. O presidente também pronunciava discursos falaciosos contra as universidades públicas, acusando-as de serem "fábricas de comunistas" e, com essa narrativa, justificava o corte de verbas essenciais para a pesquisa e para a manutenção dessas instituições.

Logo, ao analisarmos os fatos levantados neste artigo, inferimos que o projeto de sucateamento de universidades públicas estaria prestes a seguir até chegar a um ponto em que a própria sociedade reconheceria e admitiria a necessidade de instituir outras formas de financiamento na educação superior. E uma dessas formas, possivelmente, seria a cobrança de mensalidades. Essa situação lança luz à supremacia de interesses corporativistas perante os interesses sociais: conjecturam-se condições de favorecimento a grupos empresariais (dominantes) para difundir e fortalecer a cultura funcionalista de ensino. Com isso, suprime-se a possibilidade de visão crítica e emancipação de sujeitos (dominados) para conservar o histórico de exploração de classes.

Além das situações que impactaram diretamente o funcionamento das universidades e fragilizaram a situação dos estudantes que delas dependem, fatos extraordinários endossaram a conduta indecorosa do ex-presidente, ao longo do seu mandato enquanto chefe do Executivo: polêmicas envolvendo a maior organizadora de exames de acesso às instituições de ensino, o Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM), que sofreu acusações sobre tentativas de interferência política por aliados de Bolsonaro aos servidores do INEP; envolvimento do ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro, escolhido por Bolsonaro para assumir a pasta, em episódios de corrupção com pastores evangélicos durante o mandato; disputas de cunho ideológico envolvendo outro ex-Ministro da Educação, Ricardo Vélez, que, por influência de Olavo de Carvalho, apoiou o movimento "Escola sem Partido" – agenda conservadora de extrema-direita; bloqueios de verbas às vésperas das eleições, que seriam direcionadas ao orçamento das universidades, mas que se transferiram ao "orçamento secreto" como mecanismo de coalizão com parlamentares de partidos de centro, a fim de permutar interesses do então Presidente Bolsonaro; e, por fim, semanas após o resultado das eleições presidenciais de 2022, em que Bolsonaro saiu derrotado, a suspensão de verbas direcionadas aos bolsistas CAPES provocou transtornos e prejuízos aos estudantes de instituições públicas de ensino e pesquisa.

A esse respeito, salientamos que as intervenções de Bolsonaro contra as universidades públicas provocou efeitos opostos às métricas estabelecidas para o progresso da educação superior. De acordo com o INEP, o Brasil vinha se distanciando da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), a qual preconizava a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até o ano de 2024, tendo como referência o PNE - decênio 2014-2024 (SASE, 2014; INEP, 2021). Contudo, a taxa de escolarização líquida mostrou-se decrescente na última análise ao apresentar-se na ordem de 17,8% de média nacional. Nessa mesma dinâmica, as matrículas no ensino público seguiam em tendência de queda desde 2018 no País bem como o número de candidatos inscritos no ENEM que, somente na gestão Bolsonaro (2019-2021), se reduziu em 39,5% (INEP, 2021).

Diante desses dados, reiteramos o nosso argumento sobre a lógica neoliberal imputada nos ideais de governos, como o de Bolsonaro, que propõem fragilizar espaços democráticos em prol do favorecimento de interesses particulares e corporativistas. Assim, defendemos que um dos caminhos para garantir que as universidades públicas possam se desvencilhar de ataques como os aqui apresentados e se manter como instituições isentas de interesses corporativistas seria por meio do acompanhamento, conscientização, vigilância e iniciativas sociais em favor do fortalecimento da democracia e das instituições governamentais. Especificamente em 2022, momento em que o País se submeteu a um acirrado processo eleitoral, quando o ex-Presidente da República quase obteve a reeleição para consolidar novo mandato, instituições de educação superior viram-se à beira de um colapso.

Embora neste artigo nos atenhamos especificamente ao contexto brasileiro, não podemos deixar de mencionar que esse ideário neoliberal aplicado à educação pública de nível superior não se restringe ao âmbito nacional. O Chile é um caso relevante a ser mencionado, haja vista que, a partir do golpe de Estado de 1973, o país se inclinou ao paradigma da privatização do ensino, com forte influência das prescrições econômicas de Milton Friedman e dos chamados *Chicago Boys*, que transformaram a educação em um bem de consumo. Esse "modelo" aprofundou-se durante os anos 1980 e permaneceu vigente até os anos 2000, mesmo sob governos de centro-esquerda, culminando em massivas manifestações estudantis de 2011, que reivindicavam o retorno à gratuidade e a democratização do

ensino superior (Pires, 2015). Similarmente, no Brasil, propostas como o "Future-se", embora não implementadas, revelam tentativas de capturar a universidade pública por lógicas mercadológicas, precarizando seu financiamento e alterando seu papel social (Giolo, 2020). Essas experiências, como também observado na Colômbia e na Argentina em momentos distintos, evidenciam a amplitude do projeto neoliberal na América Latina, cujo efeito tem sido a desestruturação de sistemas públicos de ensino superior e a limitação do acesso de parcelas historicamente marginalizadas da população ao direito à educação emancipadora (Bellei & Orellana, 2014).

Fatos como esses acendem um alerta aos cidadãos, políticos, juízes, diplomatas estrangeiros e, principalmente, a jornalistas e atores em canais de difusão de informação sobre o noticiamento de conluios preparados por governos, parlamentares e agentes públicos inclinados a tentativas de golpe e de domínio do poder (Nicas, 2022). Algo que nos coloca temerários em relação ao futuro da educação pública no Brasil, visto que fatores como os aqui apresentados repercutem de maneira negativa para o fortalecimento do acesso e do sucesso da formação humana e profissional de sujeitos que dependem dessas instituições para se emanciparem.

REFERÊNCIAS

Amaral, N. C. (2019). Las Universidades Federales en Brasil bajo ataque del gobierno Bolsonaro. *Propuesta Educativa*, (52), 127-138. https://propuestaeducativa.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2020/05/PropuestaEducativa52-Dossier-Amaral-1.pdf

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. (2022, junho 24). *Sobre o remanejamento orçamentário de verbas das universidades federais*. https://www.andifes.org.br/?p=93135

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (3a ed.). Edições 70.

Bellei, C., & Orellana, V. (2014). *What does "education privatisation" mean? Conceptual discussion and empirical review of Latin American cases* (Documento de Trabajo n. 14).

Brelaz, B. (2022, maio 26). Projeto para educação como pilar para superação e rota para o futuro. *Eu estudante*. https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/05/5010916-projeto-para-educacao-como-pilar-para-superacao-e-rota-para-o-futuro.html

Câmara dos Deputados. (2019, novembro 28). *Proposta de Emenda à Constituição n. 206/2019, de 28 de novembro de 2019*. Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1839016

Carvalho, I. (2022, junho 9). Estudantes protestam em Brasília contra bloqueios do MEC no orçamento de universidades federais. *G1*. https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/09/estudantes-protestam-em-brasilia-contra-bloqueios-do-mec-no-orcamento-de-universidades-federais.ghtml

Castro, A. P., Vieira, L., & Rodrigues, M. (2022, maio 27). Governo bloqueia 14,5% da verba para custeio e investimento de universidades federais. *G1.* https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/27/governo-bloqueia-145percent-da-verba-para-custeio-e-investimento-de-universidades-federais.ghtml

Chaui, M. (2014). *A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chaui* (Vol. 3). Autêntica.

Doca, G., & Bronzatto, T. (2022, junho 26). Operação abafa no Planalto: Governo traça plano para frear CPI do MEC e faz pente-fino em investigações. *O Globo*. https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/operacao-abafa-no-planalto-gxoverno-mapeia-nomes-na-cpi-e-faz-pente-fino-em-investigacoes.ghtml?utm_source=globo.com&utm_medium=oglobo

Extra Classe. (2021, dezembro 14). De Temer a Bolsonaro, gastos com Forças Armadas cresceram 250%. *Jornal Extra Classe*. https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/12/de-temer-a-bolsonaro-gastos-com-forcas-armadas-cresceram-250/

Giolo, J. (2020). O Future-se sem futuro. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, *6*(10), 261-350.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *35*, 20-29. https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Censo da educação superior: Notas estatísticas-2017.* https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). *Censo da educação superior 2021.* https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada

Lampert, A. (2021, novembro 11). Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos. *Extra Classe*. https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/

Lei n. 9.192, de 21 de dezembro de 1995. (1995). Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários. Diário Oficial da União. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9192.htm

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Lima. B., & Gerbelli, L. G. (2022, fevereiro 18). Puxado por "orçamento secreto", valor de emendas parlamentares triplicou no governo Bolsonaro. *G1*. https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/02/18/puxado-por-orcamento-secreto-valor-de-emendas-parlamentares-triplicou-no-governo-bolsonaro.ghtml

Magnoni, A. F., & Camargo, A. (2018). Jornalismo, educação superior e práticas profissionais: A formação de jovens jornalistas no contexto das novas tecnologias e relações de trabalho. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, *8*(22), 40-57.

Mancebo, D. (2020). Pandemia e educação superior no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, *14,* 01-15. http://dx.doi.org/10.14244/198271994566

Martello, A. (2022, abril 24). Gasto com educação recua pelo 5º ano consecutivo e é o menor em dez anos, mostra levantamento. *G1*. https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml

Melito, L. (2021). Bolsonaro nomeia pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro na consulta pública. *Brasil de Fato*. https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-naoficou-em-primeiro-na-consulta-publica

Metrópoles. (2022, julho 3). Universidades convocam ato nacional contra cortes de verbas pelo MEC. https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/universidades-convocam-ato-nacional-contra-cortes-de-verbas-pelo-mec

Neves, A. A. B., McManus, C. M., & Carvalho, C. H. de. (2020). Impacto da pós-graduação e da ciência no Brasil: Uma análise à luz dos indicadores. *Revista Nupem*, *12*(27), 254-276.

Nicas, J. (2022). Bolsonaro's new ally in questioning Brazil's election: The military. *The Boston Globe*. https://www.bostonglobe.com/2022/06/12/world/bolsonaros-new-ally-questioning-brazils-election-military/?p1=BGSearch_Advanced_Results

Novello, F. (2022, junho 3). Governo Bolsonaro gastou 21 milhões com cartão corporativo em dois anos, mostra auditoria do TCU. *Valor Econômico*. https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/06/03/governo-bolsonaro-gastou-r-21-milhoes-com-cartao-corporativo-em-dois-anos-mostra-auditoria-do-tcu.ghtml

Patriolino, L. (2021, novembro 20). Governo pagou por votos no Congresso e eleição de Lira, diz Delegado Waldir. *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4964728-governo-pagou-por-votos-no-congresso-e-eleicao-de-lira-diz-delegado-waldir.html

Pires, C. P. (2015). As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. *Revista Contraponto*, *2*(2), 77-100.

Porcella, I., & Ferrari, L. (2022, maio 24). PEC 206 quer cobrar mensalidade em universidade pública. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pec-206-quer-cobrar-mensalidade-em-universidade-publica-entenda-o-que-mudaria/

Portela, M. (2022, junho 3). Estudantes e trabalhadores chamam ato nacional contra corte no MEC para o dia 9 de junho de 2022. *Eu estudante*. https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2022/06/ 5012735-estudantes-e-trabalhadores-chamam-ato-nacional-contra-corte-no-mec-para-o-dia-9.html

Prazeres, L. (2022, dezembro 9). Não sei como vou comer": O atraso das bolsas que deixa pesquisadores sem dinheiro. *BBC News Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63912014#:~:text=V%C3%ADdeos-,'N%C3%A3o%20sei%20como%20vou%20

comer'%3A%20o%20atraso%20das%20bolsas,que%20deixa%20pesquisadores%20sem%20dinheiro&text=%22Na%20minha%20despensa%2C%20tenho%20um,vou%20comer%20nos%20pr%C3%B3ximos%20dias%22

Raic, D. F. F., Cardoso, M. C., & Pereira, S. A. C. (2020). A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: Balbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. *Revista Eletrônica de Educação*, *14*, e4556143-e4556143.

Rocha, A. R., Prestes, F. M., Paixão, G. T., Scalioni, I. G., & Ckagnazaroff, I. B. (2024). Accountability: Uma análise do orçamento secreto no governo Bolsonaro. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, *16*(7), e4727-e4727. https://doi.org/10.55905/cuadv16n7-026

Salles, S., & Jonane, L. (2022, maio 26). Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/universidades-publicas-repudiam-pec-que-propoe-cobranca-de-mensalidades/

Santos E., & Barbiéri, L. F. (2022, maio 24). PEC/206: Entenda o que diz o texto que propõe cobrar mensalidade nas Universidades Federais. *G1*. https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/24/entenda-o-que-diz-a-pec-que-propoe-cobrar-mensalidade-em-universidades-publicas.ghtml

Saviani, D. (2020). Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: O desmonte da educação nacional. *Revista Exitus, 10*. 1-25. https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0id1463

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC. (2014). Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

Senado Federal. (2020, setembro 25). Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais

Schütz, J. A., Fuchs, C., & Costa, C. O. da. (2020). Universidade, pesquisa e docência: Reflexões críticas sobre os abusos do atual governo. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, *13*(32), 1-19.

Schwartzman, S. (2022). Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: Duas faces da mesma moeda? *Estudos Avançados*, *36*, 227-254.

Senkevics, A. S., & Mello, U. M. (2019). O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? *Cadernos de Pesquisa*, *49*(172), 184-208.

Silva, J. D. R. S., & Fargoni, E. H. E. (2020). Future-se: O ultimato na universidade estatal brasileira. *Educação & Sociedade*, *41*, e239000.

Singer, A. (2022). Regime autocrático e viés fascista: Um roteiro exploratório. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (116), 53-82.

Succi, D., Junior, Gontijo, R., & Soares, S. A. (Eds.). (2022). *O futuro da universidade pública e da ciência no Brasil em 2040*. Editora Unesp.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2022). *Ação educativa.* Avaliação das políticas afirmativas no ensino superior: Resultados e desafios futuros. Resumo Executivo Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Faculdade de Educação da UFRJ/Ação Educativa. https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/07/resumoexecutivo_OK.pdf

Vilela, P. R. (2022, junho 10). Estudantes protestam em todo o país contra cortes na educação. *Brasil de Fato*. https://www.brasildefato.com.br/2022/06/10/estudantes-protestam-em-todo-o-pais-contra-cortes-na-educacao

AGRADECIMENOS

Os autores agradecem às agências de fomento à pesquisa CNPq, CAPES e Fapemig, bem como ao Programa Proquali da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

CONFLITOS DE INTERESSE

Os/as autores/as não têm conflitos de interesse a declarar.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Alessandro Roberto Rocha: Conceitualização; Curadoria de dados; Investigação; Metodologia; Supervisão; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição;

Anselmo de Paula Carvalho: Conceitualização; Investigação; Metodologia; Redação – rascunho original.

Mykaelly Moura Menezes: Conceitualização; Investigação; Metodologia; Redação – rascunho original.

Alexandre de Pádua Carrieri: Redação – revisão e edição.

Ana Paula Paes de Paula: Redação – revisão e edição.